



PROTOCOLO N.º 31/2025

CEDÊNCIA DE EDIFÍCIO MUNICIPAL À FREGUESIA DE VELAS

Entre

O MUNICÍPIO DE VELAS, Pessoa Coletiva n.º 512 075 506, com sede na Rua de S. João, Vila das Velas, Freguesia e Concelho de Velas, aqui representado pela sua Presidente, Catarina de Oliveira Cabeceiras, na qualidade de **PRIMEIRO OUTORGANTE**;

e

A FREGUESIA DE VELAS, Pessoa Coletiva n.º 512 074 135, com sede no Largo de Santo Antão, s/n, Vila das Velas, Freguesia e Concelho de Velas, aqui representada pelo seu Presidente, António José Bettencourt da Silveira, na qualidade de **SEGUNDA OUTORGANTE**;

Celebram o presente PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE EDIFÍCIO MUNICIPAL, que se rege pelas cláusulas a seguir exaradas:

CLÁUSULA 1ª

(Objeto)

O Primeiro Outorgante cede à Segunda Outorgante o edifício sito no Largo de Santo Antão - Velas, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo matricial n.º 355 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Velas sob o número 1827/20141121, no estado em que se encontra.

CLÁUSULA 2ª

(Regime Aplicável)

A cedência é feita a título precário nos termos do artigo 150º do Código do Procedimento Administrativo, podendo cessar a qualquer momento ao abrigo do disposto no artigo 165º do referido código, não ficando, assim, em caso algum, sujeita às leis que regulam o contrato de locação.

CLÁUSULA 3ª

(Fim)

O edifício destina-se exclusivamente à sede da Junta de Freguesia de Velas.



CLÁUSULA 4ª
(Contraprestação)

A cedência não importa o pagamento de quaisquer contrapartidas financeiras pela Segunda Outorgante.

CLÁUSULA 5ª
(Obras e benfeitorias)

1. A manutenção do estado de asseio e limpeza, bem como a conservação do edifício devem ser regulares e são da inteira responsabilidade da Segunda Outorgante.
2. Havendo necessidade de execução de pequenas obras de beneficiação/conservação, estas serão sempre executadas por conta da Segunda Outorgante.
3. Finda a cedência, a Segunda Outorgante não terá direito a qualquer indemnização ou compensação nem poderá alegar o direito de retenção em relação a obras ou benfeitorias que tenha executado.

CLÁUSULA 6ª
(Cedência)

O Primeiro Outorgante autoriza a Segunda Outorgante a estabelecer parcerias locais no edifício descrito na Cláusula Primeira apenas para o desenvolvimento de atividades e/ou eventos que esta entenda, não podendo, contudo, vir a cedê-lo a terceiros fora dessas parcerias.

CLÁUSULA 7ª
(Obrigações da Segunda Outorgante)

1. A Segunda Outorgante compromete-se a avisar o Primeiro Outorgante sempre que tenha conhecimento de que algum perigo ameaça o edifício cedido ou que terceiros se arroguem direitos sobre ele;
2. A Segunda Outorgante obriga-se a impedir a ocupação por terceiros de todo ou parte do espaço e responsabilizar-se-á por eventuais prejuízos que o Primeiro Outorgante vier a sofrer.
3. A Segunda Outorgante responsabiliza-se pelo pagamento das despesas correntes, como água, eletricidade, comunicações, entre outras, atinentes à utilização do edifício municipal que é objeto deste protocolo.



CLÁUSULA 8ª

(Duração)

O presente protocolo vigorará por um período de quatro anos a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA 9ª

(Incumprimento)

O incumprimento de qualquer das obrigações constantes nas cláusulas anteriores confere ao Primeiro Outorgante o direito de resolver o presente Protocolo e ordenar a desocupação do espaço cedido nos termos e no prazo constante do nº 2 da cláusula 10ª.

CLÁUSULA 10ª

(Resolução)

1. A Segunda Outorgante reconhece ao Primeiro Outorgante o direito de denunciar o protocolo, por escrito, sem direito a qualquer indemnização, sempre que haja incumprimento pela sua parte nos termos das cláusulas anteriores ou se o interesse público assim o exigir.
2. Na denúncia do presente protocolo a Segunda Outorgante compromete-se a deixar o espaço livre e desocupado no prazo de 60 dias úteis, a contar da notificação para o efeito.
3. Findo o prazo indicado no número anterior, autoriza, desde já, o Primeiro Outorgante a proceder ele próprio a essa desocupação, não o responsabilizando por qualquer indemnização ou compensação por eventuais danos ou extravio de bens.

CLÁUSULA 11ª

(Responsabilidade civil e litígios)

Qualquer litígio entre as partes emergentes da aplicação deste protocolo será competente, com expressa renúncia a qualquer outro, o foro da Comarca de Velas.

CLÁUSULA 12ª

(Entrada em vigor)

O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura.

Velas, 11 de dezembro de 2025



FEITO E ASSINADO, em duplicado, na data e local mencionados, ficando cada parte com um exemplar.

O Primeiro Outorgante

CATARINA DE
OLIVEIRA CABECEIRAS

Assinado de forma digital por
CATARINA DE OLIVEIRA
CABECEIRAS
Dados: 2025.12.15 06:16:54 -01'00'

Catarina de Oliveira Cabeceiras
(Presidente da Câmara Municipal de Velas)

O Segundo Outorgante

António José Bettencourt da Silveira
(Presidente da Junta de Freguesia de Velas)